

<b>4 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS</b> <p>Registra as manifestações. Cumprimenta seus pares pela aprovação da PEC 17/19, sobre a qual discorre. Encerra a sessão.</p> <p>***</p> <p>- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.</p> <p>***</p> <p>O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.</p> <p>Ordem do Dia.</p> <p>***</p> <p>- Passa-se à</p>
---

#### ORDEM DO DIA

<b>***</b>
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Proposta de Emenda à Constituição. Discussão e votação em segundo turno. Em discussão o Projeto de Emenda Constitucional no 17, de 2019. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação a Proposta de Emenda no 17, de 2019, com parecer favorável. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado em segundo turno. <p>A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Sr. Presidente, para registrar voto contrário, excelência.</p> <p>O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Registrado o voto contrário de Vossa Excelência.</p> <p>O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Sr. Presidente, para registrar voto contrário.</p> <p>O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Registrado o voto contrário de Vossa Excelência.</p> <p>Sras. Deputadas, Srs. Deputados, antes de encerrar a sessão, eu queria cumprimentar a Assembleia Legislativa pela aprovação dessa mudança constitucional. O Legislativo, hoje, dá uma grande demonstração, por unanimidade - ressalvados os votos registrados contrários -, a toda a população do nosso estado, da nossa preocupação com um tema que é de interesse da sociedade, que é o tema de habitação popular.</p> <p>Nós temos, ao longo do tempo, em todas as construções de conjuntos habitacionais no estado, necessariamente aqueles conjuntos que são construídos, eles precisam deixar áreas institucionais para as prefeituras.</p> <p>Infelizmente, ao longo do tempo, a própria Constituição do Estado vedava a utilização dessas áreas institucionais para qualquer outro fim que não fossem os fins preestabelecidos, fazendo com que, ao longo da expansão urbana, os municípios que não tinham - e acabaram, pelo seu crescimento, áreas em seus estoques - não tivessem como construir habitação para a nossa população, principalmente o eixo da habitação popular.</p> <p>Todos os deputados e deputadas que já foram prefeitos sabem da dificuldade, principalmente em cidades com pequenos territórios. Eu moro e sou de uma cidade, que é Americana, uma cidade de uma pequena extensão territorial e que tem um terreno muito caro.</p> <p>Então, os prefeitos tinham dificuldade na construção de habitações para o segmento daqueles que mais precisam, as pessoas mais humildes. Hoje nós estamos mudando, com essa aprovação em segundo turno, a Constituição do Estado de São Paulo, fazendo uma previsão clara e permitindo que as prefeituras possam, a partir desse momento, utilizar também essas áreas de interesse social, ou melhor, dessas áreas institucionais, para a construção de moradia popular de interesse social.</p> <p>É claro que isso depende, dentro das prefeituras, da visualização do plano diretor de cada município, onde são permitidas essas construções, e também por parte das câmaras municipais, que precisam aprovar essa nova diretriz, que a partir de agora a gente dá aos municípios do estado.</p> <p>Então, acho que o Legislativo, hoje, na primeira sessão legislativa do ano, numa clara demonstração de construção que foi feita entre todos os líderes e todos os deputados, dá um grande avanço no nosso estado com essa aprovação.</p> <p>Então, quero aqui cumprimentar cada um dos deputados por essa votação.</p> <p>Encerrado o objeto da presente sessão, está levantada a sessão.</p> <p>Boa noite a todos.</p> <p>***</p> <p>- Encerra-se a sessão às 19 horas e 26 minutos.</p> <p>***</p>

## 5 DE FEVEREIRO DE 2020 2ª SESSÃO ORDINÁRIA

<b>Presidência:</b> <b>GILMACI SANTOS</b> <p><b>Secretaria:</b> <b>CORONEL TELHADA</b></p>
--

#### RESUMO

<b>PEQUENO EXPEDIENTE</b>
<b>1 - GILMACI SANTOS</b> <p>Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão.</p> <p><b>2 - CASTELLO BRANCO</b> <p>Discorre sobre ocorrência em igreja mórmon, hoje. Ressalta que a Polícia Militar tentou resolver a situação de modo não letal, o que não foi possível. Solidariza-se com a igreja. Demonstra seu apoio à Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.</p> <p><b>3 - LECI BRANDÃO</b> <p>Discorre sobre a PEC 17, que altera o artigo 180 da mesma. Esclarece que vários municípios possuem áreas institucionais, mas que não podiam ser usadas para a construção de moradias. Comemora o ambiente de paz, entendimento e diálogo nesta Casa no dia 04/02, durante os encaminhamentos. Pede um ambiente mais tranquilo nesta Casa. Lembra que 2019 foi um ano conturbado. Esclarece que o objetivo dos parlamentares é atender as demandas do povo de São Paulo.</p> <p><b>4 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS</b> <p>Convoca os Srs. Deputados para sessões solenes a serem realizadas: no dia 13/03, às 20 horas, para a "Comemoração dos 125 anos do Centro Espanhol de Santos", a pedido do deputado Paulo Corrêa Jr.; e dia 20/03, às 19 horas e 30 minutos, para prestar "Homenagem ao Dia do DeMolay", por solicitação do deputado Tenente Coimbra.</p> <p><b>5 - DOUGLAS GARCIA</b> <p>Crítica o PR 37/19, protocolado pela deputada Monica da Bancada Ativista. Lê e discute os artigos do projeto de lei, que discorre sobre cotas para negros entre os servidores desta Casa. Informa que apresentou substitutivos ao projeto. Exibe foto dos deputados da Bancada Ativista, para analisar a representatividade negra no partido. Pede a todos os deputados que votem contrários a este projeto.</p> <p><b>6 - CARLOS GIANNAZI</b> <p>Afirma que as professoras do Ensino Infantil de Santana do Parnaíba, que lutam pelo enquadramento na carreira do Magistério, estão sendo perseguidas pela prefeitura da cidade. Informa que todas as professoras que participaram deste movimento foram transferidas para regiões distantes das de origem, que será aberta uma sindicância contra todas as que participaram de audiência pública sobre o assunto e que as mesmas não estão recebendo a</p></p></p></p></p></p>

bonificação, paga para todos os servidores da Educação Infantil. Menciona que diversos órgãos do estado de São Paulo foram acionados. Apela ao deputado Cesar, pai do prefeito de Santana do Parnaíba, que não permita a perseguição das professoras desta maneira.

**7 - CORONEL TELHADA**

Informa ser comemorado hoje o Dia do Dermatologista e o Dia do Datiloscopista. Solidariza-se com a Polícia Militar pela ocorrência em igreja na zona norte, na qual cidadão portando uma faca, foi morto. Presta seu apoio aos policiais militares, que evitaram muitas mortes na igreja. Cita a morte de militar da Marinha no Rio de Janeiro. Presta condolências à família da vítima. Menciona concurso para a Guarda Civil Metropolitana, no qual 40 pessoas ainda esperam ser chamadas. Diz ter enviado documento para o prefeito para que sejam chamados o quanto antes. Destaca o salário inicial de aproximadamente 1000 reais.

**8 - CONTE LOPES**

Cumprimenta o deputado Professor Kenny, pela pré-candidatura à Prefeitura de Santos. Parabeniza o deputado pelo seu trabalho. Discorre sobre o assassinato de família, em São Bernardo do Campo, pelas namoradas Ana Flávia e Carina. Defende a pena de morte para estes casos. Compara o caso com o de Suzane von Richthofen. Lembra a morte do irmão do funcionário do som, Machado, em frente a TV Cultura, atingido por 3 bandidos. Comenta a ocorrência de mulher grávida traficante, na qual o policial foi acusado de agredi-la.

**9 - GIL DINIZ**

Concorda com o pronunciamento do deputado Conte Lopes. Crítica a celeridade do governador João Doria ao exigir o afastamento de policial, que disse não ter seguido os protocolos. Ressalta que o governador poderia ser também célere para pagar a indenização à família do sargento Ruas, morto em Paraisópolis. Menciona o afastamento de todos os policiais envolvidos na ocorrência do pancadão em Paraisópolis. Considera que o sargento Ruas deveria ter sido tratado como herói em vida. Crítica a demora no recebimento de indenização para as famílias dos policiais mortos.

**10 - ENIO LULA TATTO**

Lamenta a realidade da Educação no estado de São Paulo. Exibe fotos da E. E. Eleonor Fernandes Costa Zacarias, que teve o muro caído. Esclarece que além do muro caído, a escola apresenta diversos outros problemas, como chuva em salas de aulas, quadras sem estrutura e alargamento do refeitório. Afirma que, de acordo com a diretora, não há verba para resolver os problemas de manutenção. Comenta a situação da Escola Recanto Campo Belo, que pegou fogo em 2014 e até agora não foi reconstruída. Diz não ter resposta para seus requerimentos.

**11 - JANAINA PASCHOAL**

Lê na íntegra o PL 7/20, de sua autoria. Pede o apoio dos deputados para a aprovação do projeto, que considera muito importante para o estado de São Paulo. Explica cada um dos artigos lidos do projeto de lei.

**12 - PAULO LULA FIORILO**

Lembra a fundação, na cidade de Cotia, em 1995, do Projeto Âncora. Informa que o mesmo virou uma escola em 2012, com reconhecimento nacional e internacional. Ressalta que o governador João Doria foi patrocinador da escola por um período e ainda é conselheiro da mesma. Lamenta que a escola tenha fechado as portas em 31/01, por falta de recursos. Destaca a importância de buscar uma solução para a volta do funcionamento da escola. Diz que vários alunos não têm onde estudar agora, já que não há mais vagas. Pede uma posição desta Casa para ajudar esta escola.

<b>GRANDE EXPEDIENTE</b>
<b>13 - RICARDO MELLÃO</b> <p>Lamenta construções paralisadas no estado de São Paulo. Afirma serem as obras um desperdício de dinheiro público. Elenca áreas subteatadas e necessitadas de investimentos públicos.</p> <p><b>14 - JANAINA PASCHOAL</b> <p>Reitera discurso acerca de projeto de lei, de sua autoria, que restringe o uso de recursos públicos para o financiamento de peças de propaganda governamental. Pede o apoio de seus pares à proposta, sobre a qual teceu comentários.</p> <p><b>15 - SARGENTO NERI</b> <p>Para comunicação, informa que contactou a Secretaria de Segurança Pública para cobrar a concessão de pensão aos familiares do sargento Ruas, vitimado durante confronto policial em Paraisópolis.</p> <p><b>16 - APRIGIO</b> <p>Pelo art. 82, faz coro ao discurso da deputada Janaina Paschoal sobre gastos públicos. Discorre acerca do reajuste da tarifa de ônibus no município de Taboão da Serra. Tece críticas ao sistema de transporte coletivo da região. Exibe e comenta video do prefeito do município, Fernando Fernandes Filho, em que este rebate denúncias de seu possível envolvimento com facções criminosas.</p> <p><b>17 - ED THOMAS</b> <p>Para comunicação, parabeniza o presidente da República por discurso em que este se compromete a isentar tributos federais sobre combustíveis, se os governos estaduais zerarem o ICMS. Crítica o preço do combustível no país.</p> <p><b>18 - ED THOMAS</b> <p>Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.</p> <p><b>19 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS</b> <p>Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária em 06/02 à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, às 19 horas. Levanta a sessão.</p> <p>***</p> <p>- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.</p> <p>***</p> <p>- Passa-se ao</p></p></p></p></p></p></p>

#### PEQUENO EXPEDIENTE

<b>***</b>
O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS – Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da ata da sessão anterior. <p>Convido o nobre deputado Coronel Telhada para ler a resenha do expediente.</p> <p>O SR. CORONEL TELHADA - PP – Sr. Presidente, nós temos aqui uma indicação do prezado deputado Bruno Ganem indicando, nos termos regimentais, ao governador do estado que determine aos órgãos competentes do Poder Executivo a realização de estudos e a adoção de todas as medidas necessárias para destinação de recursos orçamentários em parceria com o município de Assis, para a construção de um hospital veterinário público para atendimento dos animais domésticos da cidade.</p> <p>Temos também uma indicação do prezado deputado Douglas Garcia indicando, nos termos regimentais, ao Sr. Governador do Estado que determine aos órgãos e secretarias competentes a realização de reformas no Parque Estadual Cândido Portinari.</p> <p>Somente isso, Sr. Presidente.</p> <p>O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS – Obrigado, nobre deputado Coronel Telhada.</p>

Convocação. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término da presente sessão, ou às 19 horas caso a sessão não atinja o seu tempo limite, com a finalidade de apreciar a seguinte Ordem do Dia:

Item 1 – Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de resolução número 34, de 2019, de autoria da Mesa, que dá nova redação ao parágrafo 12 do Art. 31 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Passamos, neste momento, ao nosso Pequeno Expediente, convidando para fazer uso da palavra o nobre deputado Vinícius Camarínha. (Pausa.) Nobre deputado Cezar. (Pausa.) Deputada Professora Bebel Lula. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputado Daniel José. (Pausa.) Deputado Castello Branco.

Tem V. Exa. o tempo regimental no Pequeno Expediente.

O SR. CASTELLO BRANCO - PSL – SEM REVISÃO DO ORADOR – Bom dia a todos os nobres deputados, Mesa Diretora, é um prazer estar aqui novamente, segundo dia de Pequeno Expediente dos trabalhos legislativos 2020.

O que nos traz aqui hoje é reportar uma triste ocorrência que aconteceu pela manhã na Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, no seu centro de treinamento, na Casa Verde.

Um senhor armado de faca entrou naquelas dependências, fazendo-se passar por cozinheiro, atentou contra a segurança de terceiros, das instalações físicas e do local e, muito rapidamente, foi acionada a Polícia Militar, que, de maneira competente, profissional, e seguindo os protocolos, envidou todos os esforços para resolver o problema de forma não letal.

Porém, infelizmente, veio a óbito o agressor, e eu venho neste momento me solidarizar com a igreja, conhecida como mórmon, e parabenizar a atuação da Polícia Militar.

Tudo leva a crer que foi um atentado de ordem pessoal, não ideológica, mas, de qualquer maneira, fica aqui o nosso pesar pelo falecimento da pessoa, ainda que de uma forma justa, porque foi feita em defesa da vida de outras pessoas, e nosso apoio à Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, que é amiga, que é leal, e que faz um excelente trabalho no Brasil.

Muito obrigado a todos, e tenham todos um dia glorioso.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado. Convidamos agora o deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputado Ricardo Mellão. (Pausa.) Deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Enio Lula Tatto. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. (Pausa.) Deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Carlião Pignatari. (Pausa.) Deputada Leci Brandão, tem V. Exa. o tempo regimental, deputada.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Excelentíssimo Sr. Presidente, deputado Gilmaci, deputado Coronel Telhada, deputados e deputadas presentes neste plenário, assessores desta Casa, público que nos assiste e o público respeitoso da galeria. Obrigada pela presença, mais uma vez.

Ontem nós não tivemos a oportunidade de usar essa tribuna, porque tínhamos também o Colégio de Líderes, e a gente tinha que apresentar lá também o projeto da Medalha Theodosina Ribeiro, que foi, graças a Deus, assinado lá por todos os líderes. Eu quero aproveitar para agradecer também, porque é um evento que a gente faz aqui desde que entramos nesta Casa, mas eu queria me ater agora à PEC 17, a Proposta de Emenda à Constituição do Estado.

Ela alterou o Art. 180 da Constituição de São Paulo, que trata das normas relativas ao desenvolvimento urbano. A gente sabe que vários municípios possuem as áreas institucionais, mas eles não podiam utilizar esses terrenos para a construção de moradias de interesse social. Então, houve essa emenda à PEC, permitindo que os municípios possam usar esses terrenos para poder fazer casas.

Afinal de contas, o problema de moradia está muito grande. Tem muita gente aí em situação de rua. Está bastante complicado. Eu confesso que achei o projeto bom, até porque eu não tenho problema com o projeto de quem quer que seja, a partir do momento que ele vá fortalecer o povo do estado de São Paulo. A gente assina favoravelmente, não tem problema algum.

Ocorre que alguns parlamentares questionaram também esse projeto, pelo fato de ter... Cada município tem um comportamento, às vezes têm municípios que fazem as coisas do jeito que têm que ser feitas, ou seja, usando aquele espaço público para construir hospital, creche, escola, enfim, e outros municípios não fazem isso.

O que está sendo questionado é o seguinte. Quem não tem lugar para morar, enfim, vai ter esse espaço, que é para essas coisas que eu falei anteriormente, e vão ter as suas casas. E a gente pergunta: quem já tem, como é que vai fazer? Vai passar para outro município? Vai inchar outro município e vai tirar a oportunidade de as coisas serem resolvidas? Então é assim, estava conversando ainda pouco com alguns amigos.

Todo projeto tem um lado positivo e um lado negativo. Então a gente vai ter sempre que olhar, que refletir, que analisar, porque se tudo fosse unanimidade seria uma beleza, mas, infelizmente, nem todas as coisas são dessa forma. E eu também quero agradecer a todas as pessoas que estão conseguindo ter um comportamento mais de paz, uma coisa de mais entendimento, de mais diálogo.

Eu ontem percebi que o encaminhamento desta Casa, que está todo mundo dizendo que vai ser uma coisa muito ruim em função das eleições municipais que vão acontecer em novembro, mas eu tenho certeza de que se todo mundo mantiver, se as pessoas tiverem assim a tranquilidade de continuar a Casa da mesma forma que foi ontem na reunião do Colégio de Líderes - todo mundo ouviu, todo mundo resolveu deixar as coisas problemáticas mais a frente - nós vamos ter uma situação, um ambiente mais favorável na Casa.

Porque 2019 foi um ano em que nós tivemos aqui muitos atritos, muitas contrariedades. O público não entendeu nada deste Parlamento no ano passado. Mas este ano, deputado Enio Tatto, acho que a gente vai conseguir colocar o trem nos trilhos.

É assim, a discussão sempre vai ter que haver, oposição, situação, mas vamos ver se a gente consegue manter a calma e o respeito recíproco, porque dessa forma a política vai ficar com “p” maiúsculo e a gente não vem aqui para brigar.

A gente vem aqui para discutir, para analisar e para refletir. Eu acho que esse recesso também serviu para isso. Ontem, vários deputados falaram que visitaram cidades longínquas que nem todo mundo tem oportunidade de chegar lá para ouvir o povo e o relato que eu ouvi ontem aqui foi muito positivo.

Eu gostei bastante. Estou bastante animada, porque a gente também saiu, a gente também visitou outras cidades e vamos fazer o que é da nossa obrigação: atender as demandas do povo do estado de São Paulo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, nobre deputada. Convidamos agora o deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Douglas Garcia. Tem V. Exa. o tempo regimental.

Enquanto V. Exa. se dirige à tribuna: Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência, atendendo à solicitação do nobre deputado Paulo Correa Jr, convoca V. Exas. nos termos do Art. 18, inciso I, letra “r”, do Regimento Interno, para uma sessão solene, a realizar-se no dia 13 de março de 2020, às 20 horas, com a finalidade de comemorar os 125 anos do Centro Espanhol Santos.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência, atendendo à solicitação do nobre deputado Tenente Coimbra, convoca V. Exas. nos termos do Art. 18, inciso I, letra “r”, do Regimento

Interno, para uma sessão solene, a realizar-se no dia 20 de março de 2020, às 19 horas e 30 minutos, com a finalidade de homenagear o Dia do DeMolay.

Com a palavra o deputado Douglas Garcia.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigado, Sr. Presidente. Senhores, vou ser bem sucinto na minha fala. Eu tinha dito que pararia de falar a respeito do projeto dos colegas até que o projeto viesse a ser discutido de fato aqui na Ordem do Dia, nesta Assembleia Legislativa, mas nós precisamos ter noção, o senso do ridículo.

O senso do ridículo acabou sendo ultrapassado aqui na Assembleia de São Paulo e eu preciso trazer esse assunto à tona. No final do ano passado, a deputada Mônica, que ela se intitula como Mônica da Bancada Ativista, se intitula na verdade como co-deputada - foi eleita uma série de codeputados - resolveu protocolar um projeto, que é o Projeto nº 37, de 2019, que diz o seguinte, prestem atenção nobres deputados: "Fica assegurada aos negros a reserva de 50% dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo".

Ou seja, a deputada Monica, ela quer que os servidores aqui da Assembleia de São Paulo, nos concursos públicos, tenham 50% das vagas. Continua aqui, Art. 2º: "A reserva de vagas de candidatos negros deverá constar expressamente dos editais dos concursos públicos, que especificarão o total de vagas correspondentes à reserva para cada cargo ou emprego público oferecido."

Vocês querem que isso daqui fique pior ainda? Art. 3º: "Para os cargos com provimento em comissão - ou seja, aqueles que os deputados geralmente trazem aos seus gabinetes, de livre nomeação - e confiança, o percentual de reserva, de que trata o Art. 1º, deverá ser observado a partir do número total de cargos de cada gabinete parlamentar, liderança e Mesa Diretora."

Suponhamos que, por exemplo, o deputado Castello Branco tenha 12 assessores em seu gabinete. Se tiver, por acaso, 10 pessoas que são brancas, ele vai ter que exonerar até ter o número exatamente igual: seis pessoas brancas e seis pessoas negras. Não interessa se o deputado gosta ou não gosta do assessor, ele vai ter que exonerar. Por quê? Porque a deputada Monica entende que aqui na Assembleia tem que ser exatamente dividido.

Não preciso nem dizer que esse projeto é ridículo, esse projeto é uma palhaçada. E como ele é uma palhaçada, ele deve ser tratado como uma palhaçada. Lancei alguns substitutivos sobre esse projeto de lei. Espero que a CCJ aprove, por que, afinal de contas, similar ao que trabalhou o presidente Jair Bolsonaro no Congresso Nacional, quando ele protocolou um projeto reservando metade do Congresso Nacional apenas para deputados negros, resolvi lançar um substitutivo exemplar ao projeto de lei da deputada Mônica.

E coloqueei: "Fica assegurado aos candidatos negros e às candidatas negras ao cargo de deputado estadual, 50% do número de assentos na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo." Então, na próxima legislatura teremos, no mínimo, metade da Casa composta por deputados negros e deputadas negras.

Inclusive, tomei a liberdade de mudar o Art. 2º. Coloquei o seguinte: "Poderão preencher as vagas reservadas aos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos, inclusive os transnegros." Inclusive os transnegros.

E, para quem não sabe, tive aqui o cuidado de incluir, no parágrafo único: "Consideram-se transnegros todos aqueles que nasceram brancos e consideram-se negros. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação."

Mas, aproveitando que estamos falando sobre cotas raciais, ações afirmativas, eu queria saber como é que anda o gabinete e a Bancada Ativista. Por gentileza, pode colocar a foto? Vamos ver como é que anda a questão da Bancada Ativista. Já que ela exige tanto que sejam 50% negros, olha só!

<b>***</b>
- É feita a exibição de foto.
<b>***</b>

Não consigo enxergar esse nível de representatividade de 50% negros na Bancada Ativista. Vamos contar aqui: um, dois, três. Está faltando. Está faltando. Acho que, para a gente começar a conversar se esse projeto de resolução vai para a frente ou não, a Mônica tem que trocar a Bancada Ativista pela qual ela foi eleita.

Senhores, é claro que tudo isso que eu disse foi uma ironia. Vou votar, sim, contra o meu próprio substitutivo. Mas peço a todos os deputados da Casa que, pelo amor de Deus, votem contrários a esse absurdo.

Não existe coisa mais racista que o movimento negro. Porque o movimento negro quer é isso: simplesmente, fazer com que as pessoas se diferenciem pelas cores. Eles não querem igualdade. Eles querem, simplesmente, colocar os brancos contra os negros, como eles têm feito durante todos esses anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Com a palavra, deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputado Paulo Lula Fiorilo. (Pausa.) Deputado Roberto Morais. (Pausa.) Deputado Roberto Engler. (Pausa.) Deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Deputado Dirceu Dalben. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputada Beth Lula Sahão. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. Tem V. Exa. o tempo regimental.
O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, boa tarde.
Sr. Presidente, quero novamente fazer uma grave denúncia contra a gestão do PSDB na cidade de Santana do Parnaíba.
Já usei a tribuna no final do ano passado, fazendo essa denúncia. Mas a situação se agravou. Me refiro às professoras de Educação infantil que estão sendo perseguidas. As professoras da educação infantil lutam de uma forma democrática, dentro da lei, para serem enquadradas dentro da carreira do Magistério, como determina a LDB, como determina, inclusive, um parecer do Conselho Nacional de Educação.
No entanto, a prefeitura, o prefeito do PSDB, o prefeito Elvis, que inclusive é filho do deputado Cezar, aqui do PSDB também, primeiro, transferiu todas as professoras que participaram do movimento e participaram de uma audiência aqui na Assembleia Legislativa.
Não contente com isso, o prefeito Elvis, do PSDB de Santana de Parnaíba, falou por meio de sua Secretaria da Educação que estaria abrindo uma sindicância contra as professoras que participaram de uma audiência pública e que estão, enfim, lutando por esse direito constitucional.
As professoras vieram aqui fora do horário de trabalho, no período noturno, e agora estão sendo perseguidas. Segundo as prefeituras, elas responderão a uma sindicância e mais ainda: elas não estão recebendo um abono, um bônus que é pago para todas as servidoras de educação infantil.
Essas professoras guerreiras, batalhadoras, que lutam pela categoria, não estão recebendo o bônus porque, segundo a prefeitura, elas vão responder a uma sindicância. Nem estão respondendo, vão responder ainda e ficaram de fora dessa bonificação.
É um verdadeiro absurdo: primeiro, o não enquadramento; segundo, porque estão sendo perseguidas e criminalizadas; terceiro, porque não estão recebendo o bônus.
E esqueci do principal: foram todas transferidas das suas sedes, das suas escolas, para regiões distantes. É uma perseguição aberta, covarde, perversa e ilegal, porque afronta... Esse comportamento do prefeito Elvis, de Santana de Parnaíba, do PSDB, que está criminalizando e perseguindo as professoras de educação infantil afronta o Art. 37 da Constituição Federal, que coloca claramente como um dos princípios da Administração a impessoalidade. Está usando todo o seu aparato estatal para perseguir professoras que lutam pelos seus direitos.